

CONTABILIDADE FORENSE: NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA CONTÁBIL E JURÍDICA

Maria Gabriela Chavenco Sala (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Katia Abbas (Orientadora).
E-mail: kabbas@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas/Ciências Contábeis.

Palavras-chave: Investigação de Fraudes; Contador Forense; Crimes Fiscais.

RESUMO

O objetivo do estudo é investigar a percepção de profissionais dos campos jurídico e contábil quanto ao nível conhecimento a respeito a Contabilidade Forense em processos investigativos envolvendo fraudes e outras infrações financeiras no município de Maringá, que fica no estado do Paraná. Pretendeu-se, dessa forma, compreender como esses atores avaliam a importância da Contabilidade Forense e a aplicabilidade na prática profissional. Para atingir o objetivo, foi aplicado um questionário, on-line, com profissionais das áreas contábil e jurídica com atuação direta ou indireta em casos de fraudes econômicas e delitos financeiros. Os resultados indicaram que, embora ainda pouco difundida no Brasil, a Contabilidade Forense apresenta aplicação prática e conhecimento inicial entre os profissionais, sendo que a maioria possui conhecimento introdutório do tema, participa de investigações financeiras e reconhece a relevância da prova contábil na detecção e prevenção de fraudes.

INTRODUÇÃO

Com o aumento de fraudes econômicas ao longo do século XX, período este marcado por escândalos de corrupção e falências empresariais, tornou-se necessário o desenvolvimento de práticas investigativas eficazes para o combate de crimes financeiros. Segundo Gramling, Rittenberg e Johnstone (2016), a Contabilidade Forense é uma extensão da auditoria contábil, voltada à investigação detalhada de fraudes ou suspeitas de delitos. Os profissionais dessa área apoiam processos judiciais, identificando autores, calculando danos e construindo evidências, com base em conhecimentos interdisciplinares, incluindo Contabilidade, Auditoria, Direito, Gestão, Informática, Psicologia, Sociologia e Criminologia. Apesar do crescente interesse internacional, observa-se que, no Brasil, a disseminação acadêmica e prática da Contabilidade Forense ainda é limitada, sendo a maioria dos estudos fundamentada em revisões bibliográficas de materiais estrangeiros e traduções, além de análises teóricas. A cidade de Maringá, como cenário deste

estudo, apresenta profissionais das áreas jurídica e contábil envolvidos em procedimentos investigativos relacionados a fraudes e lavagem de capitais, porém, pouco se sabe sobre a extensão do conhecimento e da aplicação efetiva das técnicas forenses nesse contexto.

Dessa forma, o objetivo deste estudo foi investigar a percepção de profissionais dos campos jurídico e contábil quanto à presença e à disseminação da Contabilidade Forense em processos investigativos envolvendo fraudes e outras infrações financeiras no município de Maringá. Espera-se, assim, contribuir para a compreensão da realidade local e oferecer subsídios para o fortalecimento da prática da Contabilidade Forense no combate a crimes econômico-financeiros.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para coleta de dados, foi adaptado um questionário, dentre outros, dos estudos Carneiro et al. (2017), Ribeiro e Rodrigues (2009), Moreira (2009) e Okoye e Gbegi (2013), assegurando, assim, a fundamentação teórica e a relevância científica do instrumento, e aplicado via *Google Forms*, com profissionais das áreas contábil e jurídica atuantes em investigações de fraudes financeiras e delitos econômicos na cidade de Maringá. O instrumento, que abordou três eixos - o perfil profissional dos respondentes, o conhecimento e aplicação prática da Contabilidade Forense e a percepção sobre sua relevância e necessidade de capacitação - foi encaminhado por e-mail para auditores do Ministério Público do Estado do Paraná, promotores de justiça, contadores, auditores estaduais da Receita Federal, auditores independentes, peritos, membros do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), da Secretaria de Compliance de Maringá, da Corregedoria da Polícia Civil e outras subdivisões/distritos da Polícia Civil, da Divisão Estadual de Combate à Corrupção - Núcleo de Maringá, do Núcleo de Repressão aos Crimes Econômicos, além de funcionários de instituições financeiras e outras entidades relacionadas. Os dados coletados foram inseridos em *Excel* e tratados por meio de somatórios de respostas, garantindo a confidencialidade, o sigilo e o anonimato dos participantes em todas as etapas da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário foi enviado no primeiro semestre de 2025 e obteve-se 45 respostas. Observou-se que a faixa etária predominante dos respondentes situa-se entre 41 e 50 anos (33,3%), com predomínio do gênero masculino (57,8%). Quanto à formação acadêmica, a maioria possui graduação em Ciências Contábeis (42,6%) e em Direito (33,3%), com níveis de instrução predominantemente de pós-graduação lato sensu (62,2%) e mestrado (28,9%). O tempo de experiência profissional apresentou maior concentração na faixa de 26 a 30 anos ou mais (31,1%), evidenciando profissionais com ampla vivência nas áreas de atuação, e a capacitação complementar destacou-se em auditoria (46,4%), gestão financeira (32,1%) e perícia (28,6%). A pesquisa demonstrou que já existe uma base de conhecimento inicial entre os profissionais da área jurídica e contábil investigados. A predominância de conhecimento introdutório,

afirmado por 66,7% dos respondentes, indica que o tema tem gradualmente se inserido no campo profissional, ainda que de maneira restrita (Figura 1).

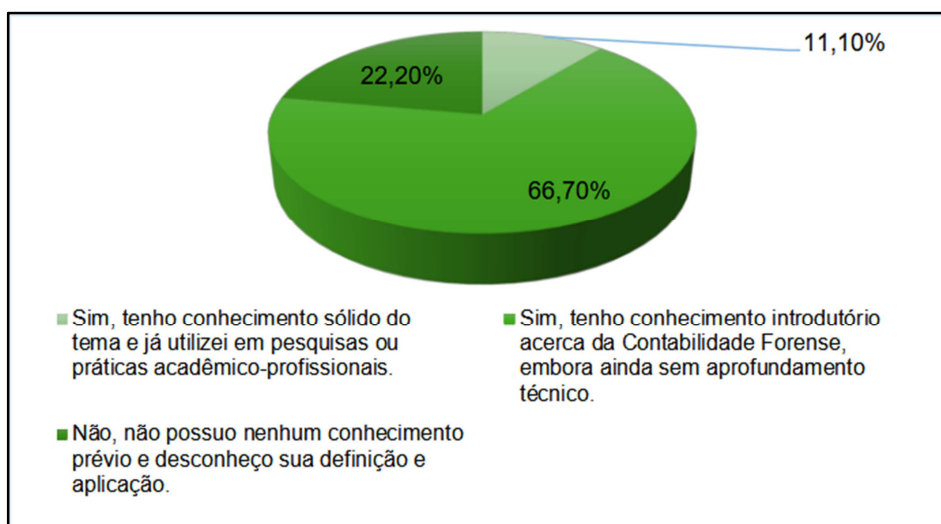


Figura 1- Nível de conhecimento prévio em Contabilidade Forense dos profissionais
Fonte: Autoria própria

A presença de órgãos ou departamentos voltados ao combate a delitos econômico-financeiros foi confirmada por 66,7% dos profissionais, o que indica que uma parcela significativa de instituições ainda carece de estruturas formais ou não dispõe de informações precisas para os profissionais sobre sua existência. Ainda, 73,3% relataram já ter colaborado em investigações de lavagem de capitais ou fraudes, sendo que 53,7% indicaram a aplicação prática de conceitos de Contabilidade Forense. A percepção quanto à relevância da prova contábil e da Contabilidade Forense foi amplamente positiva, visto que a totalidade dos respondentes familiarizados com o tema reconheceu a contribuição da área na detecção e prevenção de fraudes, 88,9% consideraram plenamente importante a inclusão de disciplinas sobre o tema em cursos de graduação e 93,3% destacaram a necessidade de ampliação de estudos e capacitação.

Os resultados indicam que, embora pouco difundida no Brasil, a Contabilidade Forense já apresenta aplicação prática inicial em Maringá, destacando a importância da interdisciplinaridade entre Direito e Ciências Contábeis. A existência de setores especializados evidencia esforços institucionais, mas aponta lacunas a serem aprimoradas. A necessidade de ampliar ensino e capacitação reforça seu papel estratégico na prevenção e investigação de delitos econômico-financeiros.

CONCLUSÕES

Com base na análise dos dados obtidos, verificou-se que a Contabilidade Forense, embora ainda pouco difundida no Brasil, já apresenta aplicação prática e conhecimento inicial entre os profissionais das áreas contábil e jurídica em Maringá. A maioria dos respondentes possui conhecimento introdutório sobre Contabilidade

Forense, participa de investigações financeiras e reconhece a relevância da prova contábil na prevenção e detecção de fraudes. A presença de órgãos específicos para o combate a delitos econômico-financeiros evidencia esforços institucionais, embora ainda haja lacunas. Recomenda-se ampliar o ensino, a capacitação e a aplicação da Contabilidade Forense, fortalecendo a interdisciplinaridade entre Direito e Ciências Contábeis, e expandir a amostra em estudos futuros para analisar sua difusão e efetividade em âmbito nacional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me conceder a graça de percorrer os caminhos reservados aos meus passos; ao CNPq, à Fundação Araucária e à UEM, pela oportunidade de desenvolver este estudo financiado; à minha família, pelo constante incentivo; e à minha orientadora, pelo apoio e orientação que tanto contribuíram para meu desenvolvimento acadêmico.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Y. F. F.; SZUSTER, N. S.; SIQUEIRA, J. R. M.; FONSECA, A. C. P. D. Contabilidade Forense: a aplicação da atividade contábil investigativa e sua perspectiva futura no Brasil. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 21, n. 3, p. 56–73, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rcmccuerj/article/view/26273>. Acesso em: 20 nov. 2024.

GRAMLING, Audrey A.; RITTENBERGE, Larry E.; JOHNSTONE, Karla M. **Auditoria: Tradução da 7ª edição norte-americana**. Porto Alegre: Cengage Learning Brasil, 2016.

MOREIRA, N. R. O. **A forensic accounting em Portugal: evidências empíricas**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Universidade do Minho, Braga, 2010. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/10948>. Acesso em: 03 fev. 2025.

OKOYE, E. I.; GBEGI, D. O. Forensic Accounting: a tool for fraud detection and prevention in the public sector (A study of selected ministries in Kogi State). **International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences**, v. 3, n. 3, p. 1-19, 2013. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3162992>. Acesso em: 22 nov. 2024.

RIBEIRO, A. A. D.; RODRIGUES, R. N. **Contabilidade forense e lavagem de capitais: um estudo da percepção da relevância da contabilidade forense nas investigações de organizações criminosas**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.